

## **Autogestão, disciplina no trabalho e o "direito à preguiça"**

**Lia Tiriba \***

Quando os trabalhadores tornam-se os proprietários dos meios de produção, qual o sentido do trabalho? Que tipo de disciplina é necessário para construção de relações econômico-sociais que possam, de alguma maneira, contrariar a lógica do capital? Na prática, como os trabalhadores associados concebem o que denominam autogestão? Reproduzir depoimentos e, em especial, alguma ‘queixas’ dos trabalhadores associados nos ajudam a trazer à tona os impasses vividos no interior das fábricas que, a partir da década de 1980, vêm sendo ocupadas e/ou apropriadas pelos seus ex-funcionários. Neste horizonte, o objetivo deste artigo é, a partir das contribuições do materialismo histórico, refletir sobre o árduo processo de criar e recriar uma nova disciplina no trabalho - conceito este a ser apreendido na sua historicidade. Sinalizamos que, sendo as experiências dos trabalhadores tecidas no interior da sociedade capitalista, a conquista do direito à propriedade (agora não mais individual, mas coletiva) pode trazer embutido o ‘direito à preguiça’ e, mesmo, o direito ao não-trabalho como direitos inerentes à propriedade individual dos meios de produção. Dialogando com Paul Lafargue sobre a dicotomia trabalho-ócio imposta pelo capital e partindo do pressuposto gramsciano de que “disciplinar-se é tornar-se independente e livre”, enfatizamos que a produção associada representa a possibilidade dos trabalhadores recriarem o trabalho; no entanto, é preciso compreender os limites da gestão operária, tendo em conta as condições objetivas e subjetivas da sociedade de classes.

### **1. Trabalho: uma "estranha loucura" ?**

*Trabalhem proletários, trabalhem para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais, trabalhem, para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e ser miseráveis. (Lafargue 1977:25)*

Denunciando que os Direitos do Homem não representam outra coisa senão os direitos da exploração capitalista, em 1883, Lafargue anuncia o seu “Direito à Preguiça”. Assim como a burguesia, que vive do sobreconsumo graças à apropriação do trabalho alheio, também o proletariado tem o

---

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- UFF- RJ, pesquisadora do NEDDATE – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. Autora do livro *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada* (Unijui, 2001) e co-autora (com Iracy Picanço) do livro *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária* (Idéias & Letras, 2004).

"direito `a preguiça". Por que o proletariado precisa abdicar do mundo dos prazeres? Porque precisa trabalhar tanto se a própria maquinaria é capaz de trabalhar por ele?

*(...) a paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de servidão dos homens: sua produtividade empobrece-os. Uma boa operária faz com um fuso apenas cinco malhas por minuto, certos teares circulares de tricotar fazem mil no mesmo espaço de tempo. Cada minuto da máquina equivale, pois, a cem horas do trabalho do operário; ou então cada minuto de trabalho proporciona à operária dez dias de descanso. (Lafargue, 1977: 33-34)*

Mas ao invés de prolongar o tempo de descanso, o operário dobra o tempo de trabalho “*como se quisesse rivalizar com a máquina. Oh, que concorrência absurda e assassina*”, diz ele. Analisa que, no capitalismo, o “*trabalho está na origem de toda uma degenerescência intelectual e de toda deformação orgânica*”. É um mal, uma “*estranha loucura*” que atormenta a humanidade. A nova ordem moral capitalista veicula a dignidade e o enobrecimento do homem através do trabalho, assim o sentimento e a paixão ao trabalho são a origem de todas as misérias sociais (Lafargue, 1977: 11-15).

Para que tanto trabalho? É preciso que o ser humano retome seus instintos naturais: os instintos do lazer e da preguiça. O trabalho, diz ele, pode se tornar “*condimento ao prazer da preguiça*” se houver a diminuição da jornada das “*máquinas de carne e osso*”, se “*regulamentado e limitado a um máximo de três hora por dia*”(idem :30).

Três horas por dia? Da casa à fábrica, da fábrica à casa e lá se foi o dia inteiro... todos os dias. Os trabalhadores reivindicam a diminuição da jornada de trabalho. O aumento do tempo livre, insistentemente defendido por Marx e Engels em meados do Século XIX, continua como uma bandeira de luta permanente do movimento sindical. Se por um lado a diminuição da jornada para 44 horas ou para 35 horas semanais, como no caso da França, representam uma vitória para os trabalhadores, por outro lado, com a intensificação do trabalho, promovida pelas novas tecnologias de produção e gestão do trabalho, contribui para extrair da força de trabalho o máximo de energia, garantindo assim a produção de, cada vez, mais mais-valia relativa.

De acordo com os valores propagados pela burguesia, a vadiagem e a cera não são coisas de trabalhador, mas de malandro-trabalhador. A malandragem é uma típica característica de quem, por não conseguir se ajustar à sociedade capitalista, vive à margem do mundo do trabalho... vive de ócio. O ‘bom trabalhador’ é aquele que não perde o trem da Central, aquele que chega cedo no batente e, como cidadão que cumpre seus deveres, contribui para o bom andamento da empresa. Sendo assim, ‘direito à preguiça’ é um direito que o trabalhador deve realizar quando toca o apito da fábrica.

Na verdade, sabemos que o ‘direito à preguiça’ tem se expressado no próprio no chão-de-fábrica. Mesmo sob rígido controle da gerência, os trabalhadores enrolam, sonegam informações, fazem algum tipo de corpo mole. A cultura do trabalho leva consigo a cultura do não trabalho. Não por um acaso, nas últimas décadas do Século XIX, atento às formas de resistência do operariado, Taylor alerta aos capitalistas quanto aos prejuízos causados pela cera e pelo “trabalho retardado”. Para ele, a eliminação da vadiagem e do “sistema defeituoso da administração” representa a garantia de prosperidade tanto para o empregado quanto para o empregador (sic). Cada homem e cada máquina deverão oferecer o melhor rendimento possível. Um dos princípios do taylorismo é que a disciplina pressupõe o controle tanto das mãos como do cérebro do trabalhador, tornando-o, conforme suas próprias palavras, num gorila amestrado. Sob a lógica do *time is money*, a administração científica racionalizou o processo de trabalho, deixando sob o controle da “gerência científica” a decisão sobre os tempos de movimentos do trabalhador. Como se fosse possível “separar o homo faber do homo sapiens” (Gramsci, 1982: 7), o taylorismo baniou o trabalho intelectual da oficina.

A disciplina do trabalho (não voluntária, mas imposta pelo capital) foi sistematizada por Taylor, Ford, Elton Mayo, Fayol... amenizada pela Teoria das Relações Humanas... revisitada pelas atuais tecnologias de gestão da força de trabalho, de base toyotista. Tendo como desafio a “gestão de pessoas”, mais que nunca, o empresariado propaga o discurso da humanização do trabalho. Sob a consigna da qualidade total, os trabalhadores passar a ser convidados e, ao mesmo tempo, obrigados a opinar e sugerir soluções para os problemas cotidianos que aparecem, tornando-se cúmplice/refém de sua equipe de trabalho. Podemos dizer que, também a chamada gestão participativa, “faz deles súditos com a ilusão de influir no desenrolar dos acontecimentos” (Gramsci apud Cavalcanti & Piccone, s/d:75). Na luta contra os tempos mortos (que podem se tornar tempos para a vadiagem e a enrolação e, por conseguinte, para usufruir do ‘direito à preguiça’ no interior mesmo da fábrica), a participação tornou-se um elemento chave para o capital.

Mas, e quando os trabalhadores, para manter seus postos de trabalho, ocupam a fábrica capitalista? Que relação estabelecem com o seu próprio trabalho? O trabalho continua como uma "estranha loucura" que atormenta a vida de tanta gente? E’ possível trabalhar e, ao mesmo tempo, usufruir o ‘direito à preguiça’? Afinal, quando os trabalhadores poderão gozar seus instintos inatos de prazer? Enfim, quando alçarão o ‘reino dos céus’?

## 2. Autogestão: o ‘direito à preguiça’?

Muitas têm sido as experiências que, depois de um longo processo de luta (que repercute em processo judicial), os empregados tomam a fábrica para si, herdando os meios de produção e, também todas as dívidas deixadas pelos ex-donos. Seja por que os empresários pediram falência ou abandonaram a fábrica, seja por que os trabalhadores foram demitidos ou deixados ao relento, sem nenhuma explicação por parte dos ex-proprietários, os trabalhadores associam-se na produção, garantindo assim seus postos de trabalho. No Brasil, em meados da década de 1980 e inícios dos anos 1990, inicia-se um verdadeiro *boom* de indústrias que passaram a ser denomina “autogestionárias”. As primeiras foram, entre outras, a CBCA – Companhia Carbonífera do Araranguá; a Wallig; Cobertores Paraíba, Markely Calçados, Remington, etc. Em 1993, foi realizado o I Seminário Nacional de Autogestão, no Sindicato dos Mineiros de Creciúma/SC<sup>1</sup>; Em 1994, surge a ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão. A partir do ano 2000, o movimento toma dimensão nacional <sup>2</sup>, sendo coordenado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e pela SENAES/MTb – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Também no Uruguai e na Argentina ganham relevância o Movimento das Fábricas Recuperadas e Empresas Recuperadas. <sup>3</sup> Embora tenhamos poucos dados, é importante registrar que na Venezuela, recentemente, o governo Hugo Chaves criou um Ministério da Economia Popular, cujo objetivo é o fortalecimento de organizações econômicas populares, tendo o desenvolvimento endógeno como perspectiva. Que desafios enfrentam estes trabalhadores?

Não exercendo na sociedade a função de intelectuais (Grasmci, 1982) e, historicamente, relegados ao trabalho manual, os trabalhadores (agora associados na produção) se vêm diante do desafio de se tornarem dirigentes de novo tipo (no sentido gramsciano de especialistas + políticos) Evidentemente, isto pressupõe a criação de uma nova cultura do trabalho, na qual a disciplina possa se tornar uma disciplina voluntária e autônoma.

---

<sup>1</sup> Sobre o processo autogestionario vivido pelos trabalhadores na Remington, indústria de máquinas de escrever, ver Tiriba (1994). Neste mesmo relatório de pesquisa é possível ter uma visão panorâmica da organização dos trabalhadores nas primeiras empresas de autogestão, surgidas no final da década de 1980 e início dos anos 1990, bem como alguns dados sobre o I Seminário de Autogestão, em 1993.

<sup>2</sup> Singer e Souza (2000) nos brindam com uma coletânea de artigos de diversos autores que retratam as experiências de Economia Solidária no Brasil. São apresentadas como parte do movimento não apenas as empresas autogestionárias e cooperativas, mas também instituições de crédito solidário, clubes de trocas, Incubadoras de Cooperativas Populares, etc.

<sup>3</sup> Sobre a experiência argentina, ver Héller (2004) e Magnani (2003). Sobre a experiência uruguaya ver Guerra e outros (2004).

Para Gramsci, a importância dos Conselhos Operários é que “o trabalho, que depois de ter sido por séculos um instrumento nas mãos dos que o exploravam pretende afirmar-se hoje, dirigir a si mesmo” (1976: 46). Numa mensagem aos delegados do “Atelier” de Fábrica da Fiat, publicada no “Ordine Nuovo”, em 1919, diz que “a massa operária deve preparar-se efectivamente a fim de adquirir um completo controle de si e, primeiro passo a dar nesta via consiste em ser mais solidamente disciplinada no interior da fábrica e sê-lo de modo autônomo, espontâneo e livre (...) o homem trabalhará sempre melhor que o escravo (Gramsci,1976:43).

Como a nova disciplina, que Gramsci se propõe a ensaiar, tem se constituído no cotidiano das indústrias em processo de autogestão? Como parecem indicar algumas falas, a luta pelo ‘direito à preguiça’ – como expressão de resistência – parece prosseguir na autogestão: .

*“ O trabalhador não chega na hora. Tem trabalhador que não cumpre a sua tarefa de responsabilidade.”*

*“A gente tem hoje aqui um corpo de funcionários para produzir X. Esse pessoal produz X menos dois, por exemplo. É ineficiente !!!.*

*“ O pessoal tava acostumado a trabalhar no chicote. Agora que não tem chicote, faz corpo mole!!!”.*

A gestão da fábrica pelos próprios trabalhadores é um processo vivido e construído coletivamente. Nas indústrias cujo controle dos meios de produção foi passado da mão dos empresários para as mãos dos trabalhadores, a disciplina do trabalho é um dos maiores desafios. Isto porque, muitas vezes, a ditadura do relógio parece ser vencida pelo ‘direito à preguiça’. Os ponteiros do cronômetro de parada automática parecem não ter tanta precisão. O chicote deve ter endurecido o corpo de tal maneira que, até hoje, muitos trabalhadores resistem, fazendo com corpo mole. Assim como na época do patrão, o trabalhador faz cera; busca maneiras de se safar do trabalho árduo. Evidentemente, a produção cai! Indignados, alguns trabalhadores associados reclamam:

*“Muita gente acha que porque agora é autogestão não precisa trabalhar. Diz assim: a fábrica é minha, eu trabalho quando quiser!”*

*“Tem gente que esquece quantas peças tem que fazer por dia. Quando tinha prêmio de produção ele não esquecia. Se não tem produção, não tem nada. Autogestão não é zona !”*

*“Vai continuar assim só porque as pessoas não são premiadas?”*

Teria o imaginário transformado a propriedade coletiva em propriedade privada? O sentimento de posse retirou do trabalhador a “disciplina do trabalho, instaurando o não-trabalho como sua prerrogativa, como direito inerente ao direito de propriedade? Ora, os trabalhadores, que antes

detinham apenas a posse de sua força de trabalho, agora são “donos” de uma empresa! Assim, qual o sentido de produzir mais e mais, conforme exigia o encarregado, se agora ele é o proprietário dos meios de produção? Além de que, qual o incentivo para aumentar a produção?

Na empresa capitalista, o sobretrabalho só ganha sentido se recompensado; se, no final do mês, resultar no acréscimo de um pequeno valor ao salário. Para aumentar a produção, as promessas de participação nos lucros tem sido uma artimanha dos empresários, ganhando a simpatia dos trabalhadores. A administração promove e estimula a concorrência entre os trabalhadores, premiando aqueles que mais se esforçam. Como nos lembra Marx (1987:37), desta maneira *“os operários não concorrem entre si, vendendo-se uns mais baratos do que os outros; fazem-no também quando um só realiza o trabalho de cinco, dez, vinte “. .*

Inspirada nos princípios liberais, a cultura capitalista do trabalho tem como uma de suas dimensões o vencer pelo esforço próprio. Ao representar a possibilidade imediata de amenizar as péssimas condições de vida de si e de seus familiares, o prêmio de produção, é o motor que move a árdua labuta; a possibilidade de aumentar o parco salário é o que permite o trabalhador suportar o dia massacrante de trabalho. Manter o comportamento de “bom trabalhador” – aquele que não dispersa tempo nem material, que acata a ordem dos seus superiores – enfim, manter-se nos limites da disciplina imposta pode ser a maneira pela qual ele vai garantir sua bonificação e, talvez, até mesmo ascensão na hierarquia da produção.

Mas, se nas organizações econômicas autogestionárias não há nenhum tipo de prêmio, para que se esforçar para aumentar a produção? Além do mais, se a remuneração é pequena e muitas vezes atrasa, até que ponto é possível contar com a solidariedade e o comprometimento de todos os trabalhadores? Em outras palavras, como manter uma disciplina no trabalho que garanta a produtividade?

*“ Hoje, se a gente quiser ter uma autogestão, quiser ter uma empresa nas mãos dos trabalhadores... ele tem que dar um pouquinho mais, tem que fazer além do que ele está fazendo. A gente tem que dar um salto de qualidade a partir deste mês, em nível de faturamento e produtividade. A cota de cada um é fazer X. Se não fizer, todo processo vai emperrar.”*

*“Não fui eu quem decidiu sozinho quanto tinha que produzir. Foi democraticamente discutido em cada seção. Então, por que não produzir? Por que fazer corpo mole?”*

Os movimentos de constituição de uma nova ordem fabril esbarram na democracia liberal – inspirada nos princípios da liberdade, propriedade, igualdade, individualismo. A autogestão, como

relação social de produção, não pode se caracterizar como um reinado do ‘direito à preguiça’, da livre escolha entre o trabalho o não-trabalho. Garantir a produtividade requer muita disciplina. Mas, ao que parece, alguns trabalhadores na prática vêm, concebendo a nova disciplina no trabalho sob a ótica da liberdade individual. Ou seja, se antes detinham a liberdade de vender a sua força de trabalho, agora, têm a liberdade individual de fazer ou não uso de sua própria força de trabalho.

## 2. Disciplina no trabalho: sua historicidade

Em seus artigos para *La Citta Futura*, publicados em 1917, Gramsci anuncia que “*a disciplina burguesa é mecânica e autoritária*”, é o mecanismo pelo qual o empresariado vem conseguindo manter a hegemonia do capital sobre o trabalho. A disciplina imposta aos cidadãos, “*faz deles súditos com a ilusão de influir no desenrolar dos acontecimentos*”. Assim, dizia Gramsci, é preciso “*contrapor a disciplina à disciplina*”, *instituir a disciplina socialista, que é autônoma e espontânea*”. (Gramsci apud Cavalcanti & Piccone, s/d: 75). Para ele, “*disciplinar-se é tornar-se independente e livre*” (idem : 76). A disciplina é uma condição para a conquista da liberdade, uma vez que, para livrar-se do fardo da escravidão de classe, requer do proletariado organização e luta. A disciplina que, para o capital, é condição *sine qua non* para submissão ao autoritarismo, à arbitrariedade das normas estabelecidas, no socialismo é um ato voluntário e consciente.

Em outras palavras, a nova disciplina do trabalho proposta por Gramsci tem como pressuposto a constituição de relações sociais de produção que mantém como horizonte a igualdade entre os seres humanos. Ao vislumbrar uma nova disciplina, Gramsci vislumbra uma nova sociedade cujas relações sociais de produção estejam divorciadas da alienação do trabalho. Isto porque, na produção capitalista, o trabalho é exterior ao trabalhador; não é voluntário, é imposto; não lhe pertence, é trabalho forçado. Não se constitui na satisfação de uma necessidade; o trabalho é apenas um meio para a satisfação de outras necessidades. Assim, “*o trabalhador se sente em si fora do trabalho, enquanto que no trabalho se sente fora de si*” (Marx, 1989: 162).

Diferentemente das formações sociais pré-industriais, o advento do capitalismo traz consigo uma nova disciplina do trabalho. Nas economias pré-industriais, mesmo sob condições de submissão ao senhor, o produtor é senhor do produto. Assim, “*os homens dispõem a seu critério de trabalho – e de seu tempo em geral - ou seja, decidem sua duração, sua intensidade, suas interrupções*”. (Fernandez Enguita, 1989: 9). O tempo social dedicado ao trabalho tem como referência dois tipos de necessidades constatadas pelo trabalhador. A primeira diz respeito à quantidade de valores-de-uso necessária à sua

manutenção, o que requer uma determinada intensidade de trabalho. A segunda diz respeito às determinações da própria natureza, que em última instância, vai determinar a intensidade e o ritmo do trabalho.

*“(...) la organización del tiempo social en el puerto se ajusta a los ritmos del mar; y esto parece natural e comprensible al pescador y al marinero: la compulsión pertenece a la naturaleza. De manera similar, el trabajar de amanecer a anochecer puede parecer ‘natural’ en una comunidad agrícola, especialmente durante los meses de cosecha: la naturaleza exige que se recolecte el grano antes que se comiencen las tormentas”.* (Thompson, 1989: 244-5)

A natureza, e nela incluída o ser humano, constituiu-se o elemento regulador e disciplinador do trabalho; assim, “no existe mayor sentido de conflicto entre el trabajo y el “pasar del tiempo”. (Idem, ibidem). Trabalho e ócio são possíveis de conviver na medida em que a lógica da produção é a satisfação das necessidades de subsistência. Além disso, diferentemente de uma sociedade industrial, o trabalho e o não-trabalho se confundem uma vez que o primeiro é a extensão da vida doméstica. O sistema capitalista não permite períodos alternados de labuta e lazer, de trabalho intenso e ociosidade; ao contrário, o tempo de trabalho deve ficar livre de toda interferência externa, distante do lar. Lazer e trabalho representam compartimentos estanques e que, como tais, devem permanecer.

Na constituição do capitalismo, o controle do trabalho adquire um capataz: o relógio. O Big Ben, o relógio da Central do Brasil, os relógios de pulso, o despertador, a sirene de fábrica, o relógio de ponto, o cronômetro de parada automática... anunciam as novas relações sociais de produção que o capital requer, regulam e sincronizam a rotina de vida na sociedade industrial.<sup>4</sup> A organização do trabalho requer uma disciplina tal que garanta que o trabalhador produza mais valores do que o valor investido pelo capitalista. Tendo o empresário comprado força de trabalho, a disciplina do/no trabalho deve materializar aquilo que é “direito natural” do proprietário dos meios de produção: a mais-valia.

Na Europa, entre os séculos XV e XIX, os vagabundos se converteram num pesadelo. Não foram poucos os mecanismos usados para “habituar” o trabalhador às novas relações de produção. A prática do trabalho forçado de vagabundos, órfãos, mendigos, tinha como justificativa a “dignidade do trabalho”, assegurada por leis que buscavam abolir a ociosidade, concebendo a quem encontrasse algum “vadio” o direito de castigá-lo e de se utilizar de sua força de trabalho por determinado período.

---

<sup>4</sup> Thompson (1989) nos conta como no mundo ocidental, os anos que vão de 1300 à 1650, as concepções de tempo acompanharam as transformações do processo de trabalho; como o relógio – um artigo de luxo – se transformou num objeto popular – indispensável para controlar o ritmo e a intensidade da produção.

Também era preciso que camponeses e artesãos, acostumados aos ritmos sazonais e ao trabalho ao ar livre, pudessem se adaptar às novas exigências do novo modo de produção. Resistiam ao trabalho fabril, abandonavam seus postos de trabalho. Os artesãos, mesmo sob dificuldades, preferiam manter o controle e a autonomia sobre seu trabalho do que se sujeitar à nova disciplina imposta. Conforme um tecelão manual inglês:

*“Nenhum homem gostaria de trabalhar em um tear mecânico. Produz-se tanto ruído e escândalo que qualquer um fica louco; e além disso, tem-se que submeter a uma disciplina que um tecedor manual não pode aceitar nunca (...) Todos os que trabalham nos teares mecânicos o fazem à força, pois não podem viver de outra forma. Costuma ser gente cujas famílias sofreram calamidades ou que se arruinaram... são os que formam essas pequenas colônias ao redor das fábricas.”* (Thompson apud Fernandez Enguita, 1989: 40)

A possibilidade de trabalhar e dirigir a si mesmo, sua autonomia, sua energia foram confiscadas. Sob uma rígida disciplina imposta pelo capital, o trabalho perdeu o sentido. O produto do trabalho tampouco lhes pertence. Por isto os trabalhadores resistem, “fogem” das péssimas condições do trabalho que degradam suas vidas. O “direito à preguiça” torna, então uma justa reivindicação. Assim, não foram poucas as resistências populares no decorrer da Revolução Industrial na Europa. Além de desertar das fábricas, de quebrar a maquinaria, o operariado organizava-se contra a nova ordem. Segundo Levine, na Europa do Leste, sob Catarina II, o operariado que havia desertado em massa ameaçava:

*“Se formos presos e devolvidos pela força às fábricas haverá derramamento de sangue de ambas as partes, e por isso lhes fazemos esta advertência, e estamos enviando-a para todas as partes, para que não nos façam responsáveis por nenhum derramamento de sangue que possa ocorrer”.* (Levine apud Fernandez Enguita: 1989: 40)

### **3. Trabalho alienado, trabalho -criação e o ‘direito `a preguiça’:**

Como nos indicam Marx e Engels, a apropriação do capitalista não é de apenas uma totalidade de instrumentos de produção, mas também da própria energia dos trabalhadores. Para eles, apenas os proletários *“inteiramente excluídos de toda auto-atividade, estão em condições de impor sua auto-atividade completa e não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento daí decorrente de uma totalidade de capacidades”* (Marx e Engels, 1987:105)

Neste horizonte, acreditamos, mesmo sob os limites que lhes impõe a sociedade de classes, a apropriação da fábrica pode trazer consigo a possibilidade dos trabalhadores resgatarem o sentido do

trabalho, recuperarem a energia que o capital lhes desapropriou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital. Neste contexto, a disciplina do trabalho como relação social pode ganhar uma nova dimensão.

Embora possam conter os gumes do socialismo, as experiências de produção associada não têm, por si só a capacidade de *“liquidar o sistema capitalista de economia e a propriedade privada dos meios de produção”*. Uma vez não alterando a natureza do Estado, as experiências de autogestão também se caracterizariam como *“uma variedade da propriedade capitalista coletiva, que se desenvolve na base da ação das leis econômicas do capitalismo”*. São, no entanto, formas de luta importantes para as *“transformações sócio-econômicas progressivas e pela democratização da vida social”* (Suvóroa & Románov, 1987).

No final do século XX, a gestão da fábrica pelos próprios trabalhadores tem se apresentado como uma alternativa ao desemprego. No Brasil, a partir dos anos 80 e 90, alguns trabalhadores têm levado às últimas conseqüências a palavra de ordem *“controle operário sobre a produção”*. Porém, ao contrário da perspectiva apontada por Lênin, entre 1905 e 1917, o controle da produção não tem sido considerado pela grande maioria dos trabalhadores como um instrumento necessário para a conquista do poder do Estado. Na verdade, para os trabalhadores a ocupação/apropriação da fábrica representa a possibilidade de afastar o fantasma do desemprego.

As atuais organizações autogestionárias, que proliferam com a crise estrutural do emprego, carregam consigo homens e mulheres de carne e osso, historicamente situados no tempo e no espaço da sociedade de classes; homens e muitos que carregam suas histórias de vida e de trabalho. Sua forma de pensar, de compreender e imaginar o mundo não são autônomas, não são independentes das condições objetivas da sociedade, mas correspondem ao seu processo de vida real. Talvez o imaginário dos trabalhadores tenha a autogestão como a conquista do ‘direito à preguiça’. Afinal, depois de tantos séculos de opressão, tomar posse dos meios de produção poderia significar a possibilidade do lazer e do prazer. Relembrando Lafargue, os processos autogestionários poderiam ser a maneira pela qual o operariado poderia resgatar seu instinto de prazer e de preguiça que se perdeu ao longo da história. *“Viajar” pelo mundo da preguiça, além de forma de resistência, é uma instância de prazer para o trabalhador. O ser humano, além de satisfazer sua necessidade de saúde, alimentação e moradia tem também outras necessidades vitais: amor, afeto, desejo sexual,... o prazer, a preguiça. A preguiça é sim um direito do trabalhador, um direito inalienável da humanidade.*

Taylor, desde o início do século passado, alertava sobre os problemas da vadiagem e do trabalho retardado. Mas certamente não estarão no taylorismo os princípios do modelo de disciplina a ser instaurado nos processos autogestionários. Também não seria a “gestão participativa” propalada pelo empresariado moderno, a musa inspiradora da gestão operária.

Para os trabalhadores associados na produção, a disciplina é condição de libertação. Afinal, foi com muita luta e disciplina que eles se organizaram para se apropriar dos meios de produção. Depois, a luta continua: mais do que nunca, a disciplina é um fator fundamental para tornar viável a organização econômica e realizar, no chão-da-fábrica, o sonho da autogestão. Na vida real, a produção associada exige disciplina; tem como perspectiva o lazer como fruto da labuta, a ociosidade como possibilidade e como resultado da intensidade do trabalho. Como dizia Marx, a conquista do “reino da liberdade” tem como condição o “reino da necessidade”, ou seja, a satisfação das necessidades elementares de reprodução da existência humano. Assim, como não poderia ser diferente, a liberação da exploração capitalista do trabalho se dá com mais trabalho!!!.

Na sociedade capitalista, a cultura do não-trabalho tem se manifestado como forma de resistência ao mundo da produção. Então, porque persistem a cera e a vadiagem nos processos autogestionários ? A cultura do não-trabalho não seria também um indicativo de não superação do trabalho alienado?

Como nos referimos anteriormente, as concepções de vida e de mundo dos trabalhadores associados não são concepções que independem da vida material, mas representam a síntese das relações que, historicamente, os seres humanos estabelecem entre si na produção de sua existência. Nas organizações econômicas que se inspiram nos princípios da autogestão, a nova consciência não emerge do discurso, nem do apelo para que os trabalhadores passem a pensar de maneira diferente. A nova consciência é produto da práxis social – entendida como fazer e pensar o mundo do trabalho; como ação transformadora – que busca na teoria e na prática a constituição de novas relações de convivência

Na luta contra a exploração e degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores se apropriem dos instrumentos de trabalho. A autogestão carrega consigo outro pressuposto básico: a construção de novas relações sociais de produção – compreendidas enquanto conjunto de relações que os homens estabelecem no processo de produção e distribuição dos bens produzidos no âmbito de toda sociedade. Mesmo no interior do capitalismo, os processos autogestionários carregam consigo a

possibilidade de que os trabalhadores possam gerir o trabalho e gerir si mesmo – em consonância com os interesses coletivos dos trabalhadores. Podem abrir caminhos para a criação de uma nova maneira de fazer e conceber o mundo, para a constituição de um novo trabalhador coletivo. Assim, o trabalho associativo, ultrapassando seu caráter de mercadoria, recupera sua dimensão artística, política, cultural e filosófica, recupera em cada trabalhador o homem omnidimensional, tornando-o técnico, cientista, especialista e, ao mesmo tempo, dirigente. *Dirigentes de si, dirigentes da produção e dos rumos da sociedade.*

### Referências bibliográficas

- CAVALCANTI & PICCONE. *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d
- FERNANDEZ ENGUIA, M. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médica, 1989.
- GRASMI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_: *Democracia operária. Partidos, sindicatos, conselhos*. Coimbra: Centelha, 1976.
- GUERRA, P., MARTI, J.P. y AMORIN, C. *Empresas recuperados*. Montevideu; Editorial Nordan-Comunidad, 2004
- HELLER, Pablo. *Fabricas ocupadas. Argentina 2000-2004*. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Lisboa; Editorial Teorema, 1977.
- MAGNANI, Esteban. *El cambio silencioso. Empresas y fabricas recuperadas por los trabajadores em Argentina*. Buenos Aires; Prometeu Libros, 2003,
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70
- \_\_\_\_\_. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global, 1987
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feurbach)*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SINGER & SOUZA. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SUVOROVA, M. & ROMANOV, B. *Que e a propriedade*. Moscovo: Edições Progresso, 1987
- THOMPSON, E. “Tiempo, disciplina del trabajo y capitalismo industrial” . In: *Tradicion, revuelta y consciência de clase: estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Critica, 1989.
- TIRIBA, Lia. *Autogestão e chão-de-fabrica; um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington*. (Relatório final de pesquisa). Niterói: Universidade Federal Fluminense.